

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL Nº 096

Período: de 27/09/03 a 03/10/03

Franca – Brasil

- 1 - Governo cria comissão para localizar os corpos de desaparecidos
- 2 - Presidente da Colômbia vê pouca chance de encontro entre Organização das Nações Unidas (ONU) e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no Brasil
- 3 - Manual de instruções do Exército suscita debate no Rio de Janeiro
- 4 - Brasil pode ter prejudicado sua candidatura ao Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) em visita a Cuba
- 5 – Brasil retoma processo de licitação para a modernização da frota da Força Aérea Brasileira (FAB)
- 6 - Comissão aprova indenização por acidente na Base de Alcântara
- 7 - Ministro Amaral defende programa nuclear brasileiro, mas sem bomba atômica
- 8 - Centro Técnico Aeroespacial quer empresas construindo foguetes
- 9 - Avião-radar da Força Aérea Brasileira ganha proteção extra

Governo cria comissão para localizar os corpos de desaparecidos

Segundo a *Folha de S. Paulo*, o governo Lula criou uma comissão interministerial cuja função é localizar os corpos de militantes políticos desaparecidos durante o regime militar (1964-1985). O jornal considera que a medida é uma tentativa do governo de melhorar a imagem junto aos familiares, abalada pelo fato da União ter recorrido da decisão judicial que obrigava os militares a abrirem seus arquivos e devolver os corpos de 61 desaparecidos na guerrilha do Araguaia às famílias. O governo alegou que a decisão extrapolava o pedido feito pelas famílias dos desaparecidos. (Folha de S. Paulo – Brasil – 27/09/03)

Presidente da Colômbia vê pouca chance de encontro entre Organização das Nações Unidas (ONU) e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) no Brasil

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o presidente colombiano, Álvaro Uribe, declarou que são pequenas as possibilidades de que um encontro da Organização das Nações Unidas (ONU) e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) ocorra no Brasil, graças à falta de interesse do grupo guerrilheiro (Folha de S. Paulo – Mundo – 27/09/03)

Manual de instruções do Exército suscita debate no Rio de Janeiro

No dia 30, organizações não-governamentais e universidades, dentre outras instituições de defesa dos direitos humanos se reuniram para discutir estratégias com vistas a evitar o emprego das Forças Armadas na Segurança Pública do País. O jornal *O Globo* publicou, no dia 28, trechos de um manual redigido pelo Exército brasileiro para orientar a conduta dos militares em trabalhos da segurança cotidiana - “instruções de como proceder, por exemplo, para preparar uma blitz e abordar civis nas ruas”, de acordo com o jornal. A reportagem informou que o Exército está se preparando em segredo e a contragosto para combater o crime organizado e garantir a segurança pública caso seja convocado. O manual foi elaborado neste

ano após a morte do professor de inglês e advogado Frederico Branco de Faria, atingido por um tiro de fuzil quando passava por uma barreira do Exército, em março deste ano, durante o período em que a segurança do Rio de Janeiro foi reforçada por tropas federais (Operação Guanabara). De acordo com *O Globo*, as instruções abordam a segurança pública como uma situação de guerra, com ênfase no que diz respeito à organização de bloqueios em estradas e ruas. O treinamento está sendo realizado com tropas de pronto emprego das unidades de elite do Exército. O general Augusto Heleno Pereira, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, considera normal que os militares se preparem para situações futuras já que a utilização de tropas federais está prevista na Constituição para casos excepcionais. O manual é uma adaptação ao decreto 3.897 de agosto de 2001, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que estabelece diretrizes para a atuação das Forças Armadas e de outros órgãos federais na garantia da lei e da ordem. Este documento, intitulado Programa Padrão Para a Garantia da Lei e da Ordem, foi elaborado pelo Comando Terrestre (Coter) e encaminhado ao Comando Militar do Leste (CML). Ele estabelece que os militares passariam a realizar operações como busca e apreensão, atuar como força de choque e substituir a Polícia Militar no policiamento de regiões ocupadas. A polícia estadual ficaria então subordinada ao comando do Exército. Existem opiniões divergentes sobre o assunto, perpassando questões tais como: emprego restrito em serviços de inteligência e logística, emprego como força policial (com sério treinamento) ou então a não-intervenção, uma vez que isso só é permitido pela Constituição em intervenções federais, estado de defesa ou de sítio. Segundo o deputado e ex-vice-presidente do Brasil, Marco Maciel (PFL-PE), em coluna do mesmo jornal, seria “grave (...) preconizar, como se faz com muita freqüência, o emprego das Forças Armadas em tarefas de prevenção e repressão ao crime. Não é só por sua destinação constitucional, mas também pela natureza diversa e oposta de suas finalidades institucionais”. O promotor do Ministério Público Militar do Rio João Rodrigues Arruda, professor do Centro de Estudos da Escola Superior de Guerra, e o almirante Mário César Flores, também são contrários à medida. Oficiais do Exército e da Aeronáutica consultados por *O Globo* consideram o envolvimento das Forças Armadas com a segurança pública nociva. Eles o associam ao aumento do envolvimento de militares nos casos de desvio de armas e munição dos quartéis do Rio. Relatórios enviados à comissão por oficiais indicam que nos últimos cinco anos, 174 armas foram desviadas dos quartéis do Rio. (*O Globo* – Rio – 28/09/03; *O Globo* – Opinião – 29/09/03; *O Globo* – Rio – 29/09/03)

Brasil pode ter prejudicado sua candidatura ao Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU) em visita a Cuba

Em matéria do *Jornal do Brasil*, o professor de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), João Pontes Nogueira, criticou a visita que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez ao presidente cubano Fidel Castro. Nogueira afirmou que na visita o presidente brasileiro não teria demonstrado coerência de suas políticas com vistas a uma vaga permanente no Conselho de Segurança (CS) da Organização das Nações Unidas (ONU). Suas críticas residem no fato de que o Brasil, para ser um pretense representante latino-americano no CS, tem de estar a favor dos direitos humanos, diretamente ligados à justiça social que tanto tem defendido Lula no

exterior, fato que segundo Nogueira não aconteceu nas medidas necessárias. (Jornal do Brasil – Brasil – 29/09/03)

Brasil retoma processo de licitação para a modernização da frota da Força Aérea Brasileira (FAB)

O governo brasileiro retomou no último dia 10 o processo de compra dos caças que substituirão os Mirages da Força Aérea Brasileira (FAB), que deixarão de voar em 2005. De acordo com *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, anunciou que espera decidir no primeiro semestre do próximo ano que avião de combate vai substituir os velhos Mirages usados atualmente pela FAB. Os concorrentes terão até 10 de novembro para apresentar suas propostas. Isto significa, segundo o jornal, que apesar da previsão de Viegas, o governo pode estender ainda mais o processo de seleção. Uma reunião, convocada pelo Comando da Aeronáutica, reuniu os cinco consórcios que disputam a concorrência que envolve no mínimo US\$ 700 milhões em compras de aeronaves e contratos de tecnologia, podendo chegar à cifra de US\$1bilhão. As cinco empresas concorrentes deverão apresentar suas propostas finais para a disputa, incluindo propostas de *offset* (transferência tecnológica) e comerciais. O processo ficou parado por quase dez meses e só em agosto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva autorizou José Viegas a retomar as discussões. As concorrentes são: a francesa Dassault, em parceria com a brasileira Embraer, a russa Sukhoi, em parceria com a também brasileira Avibrás, e ainda a parceria anglo-sueca SAAB/Bae Systems, representadas pela Gripen, a russa RAC/Mig e a americana Lockheed Martin. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/09/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 03/10/03; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 30/09/03; Jornal do Brasil – Brasil – 30/09/03)

Comissão aprova indenização por acidente na Base de Alcântara

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, no último dia 30, em votação simbólica, projeto de lei que indeniza as famílias dos 21 técnicos mortos no acidente com o Veículo Lançador de Satélites (VLS-1), ocorrido na Base de Alcântara (Maranhão), em 22 de agosto. A proposta, que tramita em regime de urgência e já entrou em pauta no plenário, seria votada no dia 01 de outubro no Senado. As indenizações serão pagas em parcela única e o valor não será inferior a R\$ 100 mil para cada família. O cálculo levará em conta o salário que o servidor recebia e que será multiplicado pelo número de meses que faltavam para a data em que completaria 65 anos. Se o total após essa conta for inferior a R\$ 100 mil, o governo completará até chegar a esse teto. Cada dependente menor de idade desses trabalhadores terá direito a uma bolsa-educação mensal de R\$ 400, valor que será atualizado anualmente levando em conta o reajuste das mensalidades de escolas particulares, até que os mesmos completem 21 anos. Todas essas despesas serão pagas pelo Ministério da Defesa. Segundo o texto do projeto, estas indenizações são um alento às famílias das vítimas e à sociedade. O projeto também concede reparação financeira aos parentes do subtenente do Exército, Alcir José Tomazzi, assassinado em 19 de junho, quando fazia a segurança de um dos filhos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A aprovação das indenizações ocorre justamente após a formalização da Associação dos Familiares das Vítimas do VLS (Asfavy), realizada no dia 27 de setembro. O

presidente da entidade, José Oliveira, irmão de uma das vítimas, declarou que a possibilidade de que o acidente tenha ocorrido por falhas de segurança muda toda a configuração do acontecimento. Diante de representantes de 17 famílias, Oliveira disse que a partir de uma [possível] comprovação de tal hipótese, será iniciada uma ação jurídica, deixando de lado a possibilidade de uma fatalidade. (Folha de S. Paulo – Ciência – 30/09/03; O Estado de S. Paulo – Geral – 01/10/03; O Globo – O País – 01/10/03)

Ministro Amaral defende programa nuclear brasileiro, mas sem bomba atômica

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, voltou a defender a retomada de investimentos no programa nuclear brasileiro e o domínio da tecnologia para a produção de submarinos movidos a energia atômica. Amaral realizou seu discurso na abertura do seminário Tecnologia Militar – Soberania e Desenvolvimento, ocorrido no dia 30, na Câmara dos Deputados, onde enfatizou que o objetivo do programa nuclear brasileiro é pacífico e busca avançar no uso civil desse tipo de conhecimento para a geração de energia e a realização de exames na medicina: "É preciso lembrar que o programa nuclear não é bomba atômica", disse. Tal afirmação do ministro se deve à polêmica causada nos primeiros dias após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando Amaral surpreendeu o governo ao declarar que o Brasil não deveria "renunciar a nenhum conhecimento científico", incluindo o necessário à construção da bomba atômica. A repercussão do caso assustou a comunidade internacional, especialmente a vizinha Argentina, resultando uma grande possibilidade de o ministro perder o cargo na reforma ministerial programada para o início do próximo ano. Contudo, nesse discurso o ministro renunciou às intenções de construção da bomba atômica, ressaltando as tradições pacíficas do Brasil. Amaral ainda criticou os países que possuem bombas atômicas e afirmou que, como o Brasil nunca fez uso desta arma, teria autoridade moral e ética para conduzir um programa nuclear e cobrar o desarmamento de outros países. Apesar de negar a natureza militar do programa, o ministro disse que o Brasil vai dominar a tecnologia para construção de um reator para propulsão de um submarino nuclear. A principal diferença de um submarino nuclear para outro convencional é a autonomia. O nuclear pode ficar até 5 anos submerso, enquanto os demais precisam retornar à superfície a cada 36 horas para recarregar o estoque de ar necessário ao funcionamento do motor. A Marinha já tem as peças que formam o reator e o desafio presente seria montar o artefato. O custo da operação é estimado em US\$ 180 milhões e a tarefa consumiria sete anos, se houvesse um fluxo permanente de recursos. "Estamos numa crise financeira e nos preparando para a revisão do programa e a retomada dos investimentos a partir de 2004", disse Amaral. Além da defesa militar, os submarinos serviriam, segundo ele, para combater a pesca predatória no litoral brasileiro. Decidido a também concluir a Usina Angra 3, o ministro espera atrair parceiros privados. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro teria em seu discurso repetido um raciocínio comum na área militar, quando se pronunciou a favor de uma estrutura adequada de defesa como necessária para a manutenção da paz no País. Por sua vez, o jornal *Folha de São Paulo* considerou "de tom nacionalista" o discurso de defesa do programa nuclear brasileiro realizado pelo ministro Amaral. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/10/03; Folha de S. Paulo – Ciência – 01/10/03; Jornal do Brasil – Brasil – 01/10/03)

Centro Técnico Aeroespacial quer empresas construindo foguetes

O Centro Técnico Aeroespacial (CTA) anunciou que vai transferir a tecnologia de todos os foguetes desenvolvidos no país, exceto o VLS-1 (Veículo Lançador de Satélites), para a iniciativa privada, como forma de driblar a falta de recursos públicos para os projetos. Essa transferência deverá ocorrer até o final do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. Segundo o major-brigadeiro-do-ar Tiago da Silva Ribeiro, diretor do CTA, o governo deverá continuar, no entanto, na gestão do Programa Espacial Brasileiro. Procurado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, o Ministério da Defesa informou, por sua assessoria de imprensa, que não se pronunciaria sobre o assunto. A transferência da produção não inclui o VLS-1, pois ainda não é possível uma produção em escala do veículo. Conforme informado em edições anteriores do **Informe Brasil**, o terceiro protótipo do foguete foi destruído em um incêndio no Centro de Lançamento de Alcântara (MA), no dia 22 de agosto. No entanto, segundo Ribeiro, a transferência não tem relação com o acidente, é uma proposta antiga que visa à possibilidade de o CTA se dedicar a outras pesquisas. Ainda de acordo com Ribeiro, o foguete brasileiro é bom e já provocou interesse de outros países, como a Alemanha, por exemplo, que se interessou por 15 foguetes VSB-30. Porém, o CTA não tem pessoal suficiente para a fabricação em escala desses foguetes. Com a medida, o programa espacial contará com maior participação da indústria, a exemplo do que ocorre nos EUA, em que a Nasa (agência espacial civil) contrata empresas para construir seus equipamentos, ou partes deles, beneficiando diretamente as empresas do setor aeroespacial. O primeiro passo nesse sentido foi dado no ano passado, quando o CTA submeteu à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) um projeto para a transferência de tecnologia de foguetes de sondagem a empresas interessadas, no qual foi pleiteado um financiamento de US\$ 3 milhões para a implementação da infra-estrutura necessária para a absorção da tecnologia e o início da produção dos foguetes, além da tentativa frustrada da Agência Espacial Brasileira (AEB) de transferir a produção de parte de VLS-1 para um consórcio de empresas do setor aeroespacial; deste fato resultou a escolha de se iniciar o processo pelos foguetes de sondagem. Segundo Ribeiro, muitas empresas já fabricam peças utilizadas nos foguetes e sempre houve participação da indústria nacional na produção dos mesmos; o próprio Sonda-1, primeiro foguete a ser lançado no País, obrigou uma mobilização do parque industrial brasileiro. (*Folha de S. Paulo – Ciência – 01/10/03*)

Avião-radar da Força Aérea Brasileira (FAB) ganha proteção extra

O avião-radar R-99A/AEW&C da Força Aérea Brasileira (FAB), de alerta avançado e controle – utilizado na vigilância da região Amazônica -, ganhou proteção própria: atacados com mísseis ou rastreados por sensores eletrônicos inimigos, os jatos podem despistar esses mísseis e sensores. Os cinco grandes jatos dessa classe operados pela FAB foram construídos pela Embraer sobre a plataforma do modelo civil Emb-145. As primeiras unidades foram entregues em julho de 2002. O sistema de autoproteção utiliza lançadores de "iscas" térmicas e metálicas. O calor das cargas denominadas "*flare*" atrai para longe do avião mísseis guiados por sinais infravermelhos. A chuva de "*chaffs*" - tiras de alumínio refletivo -, confundem o rastreamento e a localização eletrônica, induzindo a erro o processo de definição do alvo por um eventual agressor. O nome técnico do conjunto é Sistema de Alijamento de Contramedidas, e será aplicado também no modelo R-99B, de sensoriamento

remoto e vigilância de superfície - um avião-espião, com amplas aplicações em atividades de inteligência. A frota da FAB é de oito birreatores, cinco R-99A e três R-99B. O preço de referência da versão AEW&C é de US\$ 120 milhões. O R-99A é caracterizado pela enorme antena Erieye, de 1,3 tonelada, montada sobre a fuselagem de 30 metros de comprimento. O alcance de detecção é de 450 quilômetros - com máxima eficiência na faixa de 350 km. Os alvos múltiplos são selecionados por grau de ameaça. Os dados podem ser recebidos em tempo real pelos aviões de combate que o AEW&C estiver coordenando. A Embraer exibe a aeronave essa semana na Turquia e na Malásia. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/10/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, (bolsista FAPESP), Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsistas CNPq/Pibic), e Leonardo Dall'Evedove (bolsista Reitoria/Unesp), e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.